



ATA DA 47ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DO CONSELHO MUNICIPAL DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL.

DATA: 05 de maio de 2015.

LOCAL: Sala de Reuniões da Secretaria de Comunicações da Prefeitura Municipal de Itajaí – Rua Alberto Werner, nº 100, Vila Operária, Itajaí-SC.

HORA MARCADA PARA INICIO: 18 horas e 40 minutos

HORA INICIADA: 18 horas e 40 minutos

TIPO DE REUNIÃO: Extraordinária

I - PRESENCAS: PODER PÚBLICO

Secretaria Municipal de Urbanismo	Paulo Praun Cunha Neto	
Secretaria Municipal de Urbanismo	Rodrigo Lamim	
Secretaria Municipal de Des. Emprego e Renda	Hilda Nicolau	
Secretaria Municipal da Fazenda	Antonio Manoel da Silva	
Secretaria Municipal de Segurança e Cidadão	Osmar Altair Adriano	
Secretaria Municipal de Planejamento	Rafael da S.S. Albuquerque	
	Daniel Moojen Lemos	

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E DE BAIRROS

Associação Moradores do KM 12, Baía e Paciência	Flávia Cristina Saita Sehn	
---	----------------------------	--

ENTIDADE EMPRESARIAIS

SINDUSCON	José Carlos dos Santos Leal	
INTERSINDICAL	Flávio Macedo Mussi	
CRECI	Dinovan Aparecido Ferreira	

ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS

UNIBRAVA	Giordano Zaguini Furtado	
----------	--------------------------	--

ENTIDADES ACADEMICAS

UNIVALI	José Filipi Rebelo	
---------	--------------------	--

CONVIDADOS

Sr. Hermes Tomedi - PROCAGE	
Arq. Maira Camiloto- PROCAGE	
Frei Nelson José – Colégio Bom Jesus Internacional	

II – ASSUNTOS TRATADOS E DELIBERAÇÕES DA REUNIÃO.

1. Abertura e Informes da Presidência: O Presidente abriu os trabalhos e discorreu sobre o andamento da Reunião informando que havia quórum regimental para o seu início. O Presidente informou que estavam presentes os



representantes da PROCAVE para apresentação de seu projeto. Também destacou a presença do representante suplente da UNIVALI, Sr. José Filipi Rebelo e do representante titular da Secretaria Municipal de Segurança do Cidadão, Sr. Osmar Altair Adriano que tomam posse e assento no Conselho nesta data.

2. Aprovação da pauta:

A pauta foi aprovada com a seguinte Ordem do Dia: I - Abertura e informes da Presidência; II - Aprovação da Pauta; III - Debate e votação da Ata da reunião anterior; IV - Apresentação, debate e votação dos assuntos em pauta: a) EIV; b) Apresentação do empreendimento: Complexo Comercial Reference Center; c) Escola Agro Florestal Ribeirão Tarumã d) Assuntos Gerais V - Apresentação de propostas de pauta para a próxima reunião; VI - Manifestações Gerais; VII - Encerramento.

3. Debate e votação da ata da reunião anterior: As atas anteriores 42, 43, 44, 45 foram aprovadas pelo Plenário.

4. Apresentação, debate e votação dos assuntos em pauta: O presidente solicitou ao plenário a inversão da pauta para a apresentação do Complexo Comercial. Houve aprovação por unanimidade.

A) PERMISSÃO PARA CONSTRUÇÃO DO EMPREENDIMENTO COMPLEXO COMERCIAL REFERENCE CENTER:

O Presidente fez a exposição do projeto, informando que o mesmo foi protocolado sob nº 3510044/2014, em nome de PROCAVE Investimentos e Incorporações Ltda, CNPJ 79.244.158/0001-67. O empreendimento Complexo Comercial Reference Center corresponde a um complexo multifuncional que será implantado em um terreno com área igual a 26.073,00 m² localizado à Rua Lucy Canziani, na Praia Brava. Está inserido dentro dos limites da sub-bacia hidrográfica do ribeirão Cassino da Lagoa. Seus limites correspondem: ao leste a Avenida Delfim de Pádua Peixoto, ao oeste o Ribeirão Cassino da Lagoa, ao sul a Avenida Lucy Canziani e ao norte o Condomínio Residencial Brava Home Resort. A apresentação coube ao Diretor da PROCAVE, Sr. Hermes que discorreu sobre o mesmo e disse que o projeto do Complexo apresenta uma área total de 65.062,74 m². Área do terreno utilizada no projeto: 15.877,00 m²; Área remanescente: 10.196,00 m²; Área de APP: 2.215,24 m². Total de vagas de garagem: 768 vagas. O projeto arquitetônico apresenta a construção de 3 estabelecimentos: 1) um centro comercial denominado Brava Corporate com 34.250,86 m² de área total construída com capacidade de 112 salas comerciais; salas de aproximadamente 70 m²; com infraestrutura para clínicas e consultórios médicos; estacionamento privativo e rotativo; restaurante e salas de convenções para uso corporativo e estrutura construtiva que facilita a personalização das salas; 2) um Brava Mall com área total construída de 16.849,22 m² com capacidade para 76 lojas – sendo 68 lojas de uso diversos e 8 lojas na praça de alimentação e terá: academia, padaria, supermercado, livraria, papelaria, cervejaria, restaurantes, lotérica, farmácia, loja de conveniências e estacionamento rotativo com estimativa de 792 empregos gerados diretamente. Explicou que a entrada e saída de veículos ao empreendimento são dadas por três acessos, todos localizados na Avenida Lucy Canziani. Acrescentou que sua empresa concentra 100% de suas atividades em Itajaí e que este empreendimento impulsionará ainda mais o crescimento de nossa região. Em seguida apresentou o Frei Nelson José, Professor e Reitor da FAE, a



qual pertence o Educandário Bom Jesus Internacional. O Reitor fez a explanação da escola (Brava School) dizendo que a mesma terá uma área total construída de 13.962,63 m³, com capacidade para 1.018 alunos e estimativa de 120 empregos gerados diretamente e funcionará em período integral com escola bilíngüe-português, inglês e espanhol, oferecendo ensino infantil e ensino fundamental : e terá também: sala de dança, sala de judô, sala de música, quadra poliesportiva, laboratórios, biblioteca multilíngüe, sala de psicomotricidade, refeitório, ambulatório e aulas de campo. Disse que o carro chefe da escola é Projeto de Virtudes, onde cada etapa trabalha uma virtude. Está centrada nos princípios de São Francisco de Assis: ecologia, justiça, paz, diálogo e respeito às diferenças. Informou que sua rede administra o Colégio São Luiz de Brusque e também o Colégio Bom Jesus de Blumenau. A Conselheira Flávia perguntou se existe projeto para ensino superior, o Reitor explicou que não, será oferecido somente Educação Básica com formação humanista para a geração de líderes para a nossa sociedade. O início está previsto para 2017. Informou que a mensalidade será entre 1800 a 2200 pois os alunos terão atividades em tempo integral. As aulas terão início às 08:00 e terminarão às 15:00. A preocupação central da escola é a família e os alunos terão atendimento integral neste sentido. Disse que a Rede possui um Centro de Estudos para dar suporte para todas as escolas e que diversos professores viajam o mundo inteiro em busca de novos conhecimentos. O Conselheiro José Filipi perguntou se havia algum programa para atender criança carente. O que o Reitor respondeu afirmativamente e disse que em Curitiba mais de 1000 crianças carentes são atendidas gratuitamente através de vários convênios e o principal é o que mantém com o SESC. Perguntado sobre se teria educação religiosa no currículo, afirmou que existirá uma educação religiosa não confessional, que representa uma educação religiosa cultural onde serão trabalhados os valores sociais, o respeito ao ser humano e a produção de conhecimento como ferramenta de transformação social. Afirmou que sua Rede obedece a um princípio: nos lugares onde o Bispo Diocesano permite é dado catequese. O Conselheiro Giordano perguntou se a escola iria impactar o trânsito. O Reitor respondeu que não, pois o projeto prevê um amplo estacionamento com mais de 700 vagas e que existe previsão de espaços para os estacionamentos das vans escolares e para os pais que vêm buscar seus filhos. E para evitar congestionamento os alunos da educação infantil entrarão mais tarde. Tudo está sendo pensado para não impactar o trânsito. **Após ampla discussão o Plenário aprovou o projeto por MAIORIA, com a abstenção do representante da Unibrava.**

B) ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA:

O Conselheiro Daniel apresentou uma minuta do Estudo de Impacto de Vizinhança elaborada pela Comissão com os dois primeiros capítulos já finalizados. Em seguida perguntou de que forma seria a votação: o plenário aprovou que seria lido integralmente e depois colocado em discussão. O Conselheiro Daniel leu o Capítulo Primeiro integralmente e colocou este texto em discussão: *LEI COMPLEMENTAR N.º _____ DE ____/____/____. REGULAMENTA A EXIGÊNCIA DO ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA – EIV, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE ITAJAÍ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES. Art. 1.º O Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV é o conjunto dos estudos e informações*



técnicas relativas à identificação, avaliação, prevenção, mitigação e compensação dos impactos na vizinhança de um empreendimento ou atividade, de forma a permitir a análise das diferenças entre as condições que existiriam com a implantação do mesmo e as que permaneceriam sem essa ação. Art. 2º. O EIV tem por objetivo identificar, compreender e avaliar previamente os impactos urbanísticos e socioeconômicos positivos e negativos decorrentes da implantação e/ou ampliação de empreendimentos e atividades sobre determinada área de influência e sobre a infraestrutura básica existente, definindo medidas mitigadoras e compensatórias, sempre que não for possível a eliminação integral dos impactos negativos, que possibilitem um convívio harmônico entre o empreendimento e a população residente na área e em suas proximidades. **Após ampla discussão o plenário aprovou o CAPÍTULO PRIMEIRO na integralidade por UNANIMIDADE.** Em seguida leu o texto do Capítulo Segundo: **CAPÍTULO II - DAS DEFINIÇÕES.** Art. 3º. Para efeito desta lei complementar ficam adotadas as seguintes definições: I – **VIZINHANÇA:** imediações do local onde se propõe a instalação, construção ou ampliação do empreendimento; II – **ÁREA DE INFLUÊNCIA:** aquela área que poderá sofrer impactos diretos e/ou indiretos; III – **POPULAÇÃO RESIDENTE:** pessoas que residem na vizinhança ou entorno do empreendimento e/ou atividade; IV – **POPULAÇÃO USUÁRIA:** pessoas que fazem uso daquela vizinhança ou entorno do empreendimento e/ou atividade para trabalho, compras, lazer, estudo ou deslocamento; V – **IMPACTO DE VIZINHANÇA:** a significativa repercussão ou interferência no sistema viário e na infraestrutura urbana ou rural, de natureza urbanística, ambiental, social e/ou econômica, causadas por um empreendimento e/ou atividade, em decorrência de sua implantação ou obra ou de seu uso ou porte, que provoque modificações positivas e/ou negativas às condições de qualidade de vida da população vizinha e/ou ambiente urbano ou rural; VI – **MEDIDAS COMPENSATÓRIAS:** são aquelas destinadas a compensar impactos irreversíveis que não possam ser evitados; VII – **MEDIDAS MITIGADORAS:** são aquelas destinadas a prevenir ou evitar impactos adversos ou a reduzir aqueles que não possam ser evitados; VIII – **MEDIDAS COMPATIBILIZADORAS:** aquelas destinadas a harmonizar e/ou conformar o empreendimento com sua área de vizinhança, nos aspectos relacionados à paisagem urbana, redes de serviços públicos e infraestrutura; IX – **MEDIDAS POTENCIALIZADORAS:** são as ações destinadas a incentivar, catalisar ou expandir os efeitos positivos do empreendimento; X – **ÁREA 1:** área urbana consolidada e dotada de maior infraestrutura, considerada pouco suscetível a conflitos entre os novos(as) usos e/ou atividades com as condições existentes, delimitada conforme disposto no Anexo I; XI – **ÁREA 2:** área urbana considerada de grande fragilidade por estar suscetível a conflitos entre os novos(as) usos e/ou atividades com as condições existentes, delimitada conforme disposto no Anexo I; XII – **ÁREA 3:** área urbana ou rural considerada de grande complexidade por estar suscetível a conflitos entre os novos(as) usos e/ou atividades, de caráter urbano ou rural, com as condições rurais existentes, delimitada conforme disposto no Anexo I; XIII – **REQUERENTE:** pessoa física ou jurídica responsável técnico pelo projeto ou obra a ser implantada ou proprietário e/ou empreendedor; XIV – **CMGDT:** Conselho Municipal de Gestão e Desenvolvimento Territorial. **Após ampla discussão o plenário aprovou o CAPÍTULO SEGUNDO na integralidade por UNANIMIDADE.** Após a votação o Presidente informou que os Capítulos



aprovados não mais serão objeto de discussão. A única condição permitida é que se numa votação posterior algum artigo possa alterar substancialmente os que já foram aprovados.

C) ESCOLA DA AGRO FLORESTAL RIBEIRÃO TARUMÃ:

O Presidente explicou que este projeto da Escola foi objeto de discussão na 39ª reunião do Conselho do dia 04 de novembro de 2014 e a PERMISSÃO foi concedida e aprovada naquela oportunidade. Explicou que no momento da exposição foi colocado apenas o nome AGRO FLORESTAL RIBEIRÃO, esquecendo-se de mencionar TARUMÃ, e assim foi publicado oficialmente no Jornal do Município. Isto está gerando problemas para a regularização do empreendimento, pois o mesmo já está quase pronto. É necessário a aprovação do Conselho para acrescentar o nome TARUMÃ ao projeto. Colocado em discussão o Conselheiro Flávio disse que a Secretaria deveria telefonar para os Conselheiros que estavam naquela votação. Após ampla discussão do assunto prevaleceu o entendimento que os membros presentes na reunião são soberanos para decidirem a questão. **Colocado em votação o plenário deliberou por unanimidade o acréscimo, aprovando AGRO FLORESTAL RIBEIRÃO TARUMÃ.**

D) ASSUNTOS GERAIS .

O Conselheiro José Filipi, representante da UNIVALI, disse que faz aniversário neste dia e que recebeu de presente a aprovação dos projetos das escolas e que estava muito feliz e foi parabenizado pelos Conselheiros presentes.

III. APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS DE PAUTA PARA A PRÓXIMA REUNIÃO

Não houve manifestação.

IV. MANIFESTAÇÕES GERAIS

Não houve manifestação.

V – ENCERRAMENTO:

Às 19:45 horas o Presidente do Conselho, Sr. Paulo Praun Cunha Neto encerrou a reunião, determinando a elaboração da presente Ata que foi lavrada por Osmar Altair Adriano, Secretário do Conselho Municipal de Gestão e Desenvolvimento Territorial.



1 **ATA DA 47ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DO CONSELHO MUNICIPAL**
2 **DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL. DATA:** 05 de maio de
3 2015. **LOCAL:** Sala de Reuniões da Secretaria de Comunicações da Prefeitura
4 Municipal de Itajaí – Rua Alberto Werner, nº 100, Vila Operária, Itajaí-SC.
5 **HORA MARCADA PARA INICIO:** 18 horas e 40 minutos. **HORA INICIADA:** 18
6 horas e 40 minutos; **I - PRESENÇAS: PODER PÚBLICO:** Secretaria Municipal
7 de Urbanismo: Paulo Praun Cunha Neto; Rodrigo Lamim; **Secretaria**
8 **Municipal de Des. Emprego e Renda:** Hilda Nicolau; **Secretaria Municipal**
9 **da Fazenda:** Antonio Manoel da Silva; **Secretaria Municipal de Segurança e**
10 **Cidadão:** Osmar Altair Adriano; **Secretaria Municipal de Planejamento:**
11 Rafael da S.S. Albuquerque e Daniel Moojen Lemos; **ASSOCIAÇÃO DE**
12 **MORADORES E DE BAIRROS: Associação Moradores do KM 12, Baía e**
13 **Paciência :** Flávia Cristina Saita Sehn; **ENTIDADE EMPRESARIAL:**
14 **SINDUSCON :** José Carlos dos Santos Leal; **INTERSINDICAL** Flávio Macedo
15 **Mussi; CRECI:** Dinovan Aparecido Ferreira; **ORGANIZAÇÕES NÃO**
16 **GOVERNAMENTAIS: UNIBRAVA:** Giordano Zaguini Furtado. **ENTIDADES**
17 **ACADEMICAS: UNIVALI:** José Filipi Rebelo. **CONVIDADOS:** Sr. Hermes
18 Tomedi - **PROCAVE;** Arq. Maira Camiloto; Frei Nelson José – Colégio Bom
19 Jesus Internacional. **II – ASSUNTOS TRATADOS E DELIBERAÇÕES DA**
20 **REUNIÃO. 1. Abertura e Informes da Presidência:** O Presidente abriu os
21 trabalhos e discorreu sobre o andamento da Reunião informando que havia
22 quórum regimental para o seu início. O Presidente informou que estavam
23 presentes os representantes da PROCAVE para apresentação de seu projeto.
24 Também destacou a presença do representante suplente da UNIVALI, Sr. José
25 Filipi Rebelo e do representante titular da Secretaria Municipal de Segurança
26 do Cidadão, Sr. Osmar Altair Adriano que tomam posse e assento no Conselho
27 nesta data. **2. Aprovação da pauta:** A pauta foi aprovada com a seguinte
28 Ordem do Dia: I - Abertura e informes da Presidência; II - Aprovação da Pauta;
29 III – Debate e votação da Ata da reunião anterior; IV – Apresentação, debate e
30 votação dos assuntos em pauta: a) EIV; b) Apresentação do empreendimento:
31 Complexo Comercial Reference Center; c) Escola Agro Florestal Ribeirão
32 Tarumã d) Assuntos Gerais V – Apresentação de propostas de pauta para a
33 próxima reunião; VI – Manifestações Gerais; VII – Encerramento. **3. Debate e**
34 **votação da ata da reunião anterior:** As atas anteriores 42, 43, 44, 45 foram
35 aprovadas pelo Plenário. **4. Apresentação, debate e votação dos assuntos**
36 **em pauta:** O presidente solicitou ao plenário a inversão da pauta para a
37 apresentação do Complexo Comercial. Houve aprovação por unanimidade. **A)**
38 **PERMISSÃO PARA CONSTRUÇÃO DO EMPREENDIMENTO COMPLEXO**
39 **COMERCIAL REFERENCE CENTER:** O Presidente fez a exposição do
40 projeto, informando que o mesmo foi protocolado sob nº 3510044/2014, em
41 nome de PROCAVE Investimentos e Incorporações Ltda, CNPJ
42 79.244.158/0001-67. O empreendimento Complexo Comercial Reference
43 Center corresponde a um complexo multifuncional que será implantado em um
44 terreno com área igual a 26.073,00 m² localizado à Rua Lucy Canziani, na
45 Praia Brava. Está inserido dentro dos limites da sub-bacia hidrográfica do
46 ribeirão Cassino da Lagoa. Seus limites correspondem: ao leste a Avenida
47 Delfim de Pádua Peixoto, ao oeste o Ribeirão Cassino da Lagoa, ao sul a
48 Avenida Lucy Canziani e ao norte o Condomínio Residencial Brava Home



Resort. A apresentação coube ao Diretor da PROCAVE, Sr. Hermes que percorreu sobre o mesmo e disse que o projeto do Complexo apresenta uma área total de 65.062,74 m². Área do terreno utilizada no projeto: 15.877,00 m²; Área remanescente: 10.196,00 m²; Área de APP: 2.215,24 m². Total de vagas de garagem: 768 vagas. O projeto arquitetônico apresenta a construção de 3 estabelecimentos: 1) um centro comercial denominado Brava Corporate com 34.250,86 m² de área total construída com capacidade de 112 salas comerciais; salas de aproximadamente 70 m²; com infraestrutura para clínicas e consultórios médicos; estacionamento privativo e rotativo; restaurante e salas de convenções para uso corporativo e estrutura construtiva que facilita a personalização das salas; 2) um Brava Mall com área total construída de 16.849,22 m² com capacidade para 76 lojas – sendo 68 lojas de uso diversos e 8 lojas na praça de alimentação e terá: academia, padaria, supermercado, livraria, papelaria, cervejaria, restaurantes, lotérica, farmácia, loja de conveniências e estacionamento rotativo com estimativa de 792 empregos gerados diretamente. Explicou que a entrada e saída de veículos ao empreendimento são dadas por três acessos, todos localizados na Avenida Lucy Canziani. Acrescentou que sua empresa concentra 100% de suas atividades em Itajaí e que este empreendimento impulsionará ainda mais o crescimento de nossa região. Em seguida apresentou o Frei Nelson José, Professor e Reitor da FAE, a qual pertence o Educandário Bom Jesus Internacional. O Reitor fez a explanação da escola (Brava School) dizendo que a mesma terá uma área total construída de 13.962,63 m³, com capacidade para 1.018 alunos e estimativa de 120 empregos gerados diretamente e funcionará em período integral com escola bilíngüe-português, inglês e espanhol, oferecendo ensino infantil e ensino fundamental : e terá também: sala de dança, sala de judô, sala de música, quadra poliesportiva, laboratórios, biblioteca multilíngüe, sala de psicomotricidade, refeitório, ambulatório e aulas de campo. Disse que o carro chefe da escola é Projeto de Virtudes, onde cada etapa trabalha uma virtude. Está centrada nos princípios de São Francisco de Assis: ecologia, justiça, paz, diálogo e respeito às diferenças. Informou que sua rede administra o Colégio São Luiz de Brusque e também o Colégio Bom Jesus de Blumenau. A Conselheira Flávia perguntou se existe projeto para ensino superior, o Reitor explicou que não, será oferecido somente Educação Básica com formação humanista para a geração de líderes para a nossa sociedade. O início está previsto para 2017. Informou que a mensalidade será entre 1800 a 2200 pois os alunos terão atividades em tempo integral. As aulas terão início às 08:00 e terminarão às 15:00. A preocupação central da escola é a família e os alunos terão atendimento integral neste sentido. Disse que a Rede possui um Centro de Estudos para dar suporte para todas as escolas e que diversos professores viajam o mundo inteiro em busca de novos conhecimentos. O Conselheiro José Filipi perguntou se havia algum programa para atender criança carente. O que o Reitor respondeu afirmativamente e disse que em Curitiba mais de 1000 crianças carentes são atendidas gratuitamente através de vários convênios e o principal é o que mantém com o SESC. Perguntado sobre se teria educação religiosa no currículo, afirmou que existirá uma educação religiosa não confessional, que representa uma educação religiosa cultural onde serão trabalhados os valores sociais, o respeito ao ser humano e



a produção de conhecimento como ferramenta de transformação social. Afirmou que sua Rede obedece a um princípio: nos lugares onde o Bispo Diocesano permite é dado catequese. O Conselheiro Giordano perguntou se a escola iria impactar o trânsito. O Reitor respondeu que não, pois o projeto prevê um amplo estacionamento com mais de 700 vagas e que existe previsão de espaços para os estacionamentos das vans escolares e para os pais que vêm buscar seus filhos. E para evitar congestionamento os alunos da educação infantil entrarão mais tarde. Tudo está sendo pensado para não impactar o trânsito. **Após ampla discussão o Plenário aprovou o projeto por MAIORIA, com a abstenção do representante da Unibrava. B) ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA:** O Conselheiro Daniel apresentou uma minuta do Estudo de Impacto de Vizinhaça elaborada pela Comissão com os dois primeiros capítulos já finalizados. Em seguida perguntou de que forma seria a votação: o plenário aprovou que seria lido integralmente e depois colocado em discussão. O Conselheiro Daniel leu o Capítulo Primeiro integralmente e colocou este texto em discussão: *LEI COMPLEMENTAR Nº _____ DE _____/_____/_____. REGULAMENTA A EXIGÊNCIA DO ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA – EIV, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE ITAJAÍ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES. Art. 1.º O Estudo de Impacto de Vizinhaça – EIV é o conjunto dos estudos e informações técnicas relativas à identificação, avaliação, prevenção, mitigação e compensação dos impactos na vizinhaça de um empreendimento ou atividade, de forma a permitir a análise das diferenças entre as condições que existiriam com a implantação do mesmo e as que permaneceriam sem essa ação. Art. 2º . O EIV tem por objetivo identificar, compreender e avaliar previamente os impactos urbanísticos e socioeconômicos positivos e negativos decorrentes da implantação e/ou ampliação de empreendimentos e atividades sobre determinada área de influência e sobre a infraestrutura básica existente, definindo medidas mitigadoras e compensatórias, sempre que não for possível a eliminação integral dos impactos negativos, que possibilitem um convívio harmônico entre o empreendimento e a população residente na área e em suas proximidades. Após ampla discussão o plenário aprovou o CAPÍTULO PRIMEIRO na integralidade por UNANIMIDADE.* Em seguida leu o texto do Capítulo Segundo: *CAPÍTULO II - DAS DEFINIÇÕES. Art. 3.º. Para efeito desta lei complementar ficam adotadas as seguintes definições: I – VIZINHANÇA: imediações do local onde se propõe a instalação, construção ou ampliação do empreendimento; II – ÁREA DE INFLUÊNCIA: aquela área que poderá sofrer impactos diretos e/ou indiretos; III – POPULAÇÃO RESIDENTE: pessoas que residem na vizinhaça ou entorno do empreendimento e/ou atividade; IV – POPULAÇÃO USUÁRIA: pessoas que fazem uso daquela vizinhaça ou entorno do empreendimento e/ou atividade para trabalho, compras, lazer, estudo ou deslocamento; V – IMPACTO DE VIZINHANÇA: a significativa repercussão ou interferência no sistema viário e na infraestrutura urbana ou rural, de natureza urbanística, ambiental, social e/ou econômica, causadas por um empreendimento e/ou atividade, em decorrência de sua implantação ou obra ou de seu uso ou porte, que provoque modificações positivas e/ou negativas às condições de qualidade de vida da população vizinha e/ou*



ambiente urbano ou rural; VI – MEDIDAS COMPENSATÓRIAS: são aquelas destinadas a compensar impactos irreversíveis que não possam ser evitados; VII - MEDIDAS MITIGADORAS: são aquelas destinadas a prevenir ou evitar impactos adversos ou a reduzir aqueles que não possam ser evitados; VIII – MEDIDAS COMPATIBILIZADORAS: aquelas destinadas a harmonizar e/ou conformar o empreendimento com sua área de vizinhança, nos aspectos relacionados à paisagem urbana, redes de serviços públicos e infraestrutura; IX – MEDIDAS POTENCIALIZADORAS: são as ações destinadas a incentivar, catalisar ou expandir os efeitos positivos do empreendimento; X – ÁREA 1: área urbana consolidada e dotada de maior infraestrutura, considerada pouco suscetível a conflitos entre os novos(as) usos e/ou atividades com as condições existentes, delimitada conforme disposto no Anexo I; XI – ÁREA 2: área urbana considerada de grande fragilidade por estar suscetível a conflitos entre os novos(as) usos e/ou atividades com as condições existentes, delimitada conforme disposto no Anexo I; XII – ÁREA 3: área urbana ou rural considerada de grande complexidade por estar suscetível a conflitos entre os novos(as) usos e/ou atividades, de caráter urbano ou rural, com as condições rurais existentes, delimitada conforme disposto no Anexo I; XIII – REQUERENTE: pessoa física ou jurídica responsável técnico pelo projeto ou obra a ser implantada ou proprietário e/ou empreendedor; XIV – CMGDT: Conselho Municipal de Gestão e Desenvolvimento Territorial. **Após ampla discussão o plenário aprovou o CAPÍTULO SEGUNDO na integralidade, por UNANIMIDADE.** Após a votação o Presidente informou que os Capítulos aprovados não mais serão objeto de discussão. A única condição permitida é que se numa votação posterior algum artigo possa alterar substancialmente os que já foram aprovados. **C) ESCOLA DA AGRO FLORESTAL RIBEIRÃO TARUMÃ:** O Presidente explicou que este projeto da Escola foi objeto de discussão na 39ª reunião do Conselho do dia 04 de novembro de 2014 e a PERMISSÃO foi concedida e aprovada naquela oportunidade. Explicou que no momento da exposição foi colocado apenas o nome AGRO FLORESTAL RIBEIRÃO, esquecendo-se de mencionar TARUMÃ, e assim foi publicado oficialmente no Jornal do Município. Isto está gerando problemas para a regularização do empreendimento, pois o mesmo já está quase pronto. É necessário a aprovação do Conselho para acrescentar o nome TARUMÃ ao projeto. Colocado em discussão o Conselheiro Flávio disse que a Secretaria deveria telefonar para os Conselheiros que estavam naquela votação. Após ampla discussão do assunto prevaleceu o entendimento que os membros presentes na reunião são soberanos para decidirem a questão. **Colocado em votação o plenário deliberou por unanimidade o acréscimo, aprovando AGRO FLORESTAL RIBEIRÃO TARUMÃ.** **D) ASSUNTOS GERAIS.** O Conselheiro José Filipi, representante da UNIVALI, disse que faz aniversário neste dia e que recebeu de presente a aprovação dos projetos das escolas e que estava muito feliz e foi parabenizado pelos Conselheiros presentes. **III. APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS DE PAUTA PARA A PRÓXIMA REUNIÃO.** Não houve manifestação. **IV. MANIFESTAÇÕES GERAIS:** Não houve manifestação. **V – ENCERRAMENTO:** Às 19:45 horas o Presidente do Conselho, Sr. Paulo Praun Cunha Neto encerrou a reunião, determinando a elaboração da presente Ata que foi lavrada por Osmar Altair Adriano,



MUNICÍPIO DE
ITAJAÍ

SMU
SECRETARIA
MUNICIPAL DE
URBANISMO

CONSELHO MUNICIPAL DE GESTÃO E
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

cmgdt@itajai.sc.gov.br

193 Secretário do Conselho Municipal de Gestão e Desenvolvimento Territorial. Ata
194 aprovada na Reunião do CMGDT do dia 02/06/2015. **A ATA ORIGINAL**
195 **ENCONTRA-SE ARQUIVADA NA SECRETARIA DO CONSELHO.**